

<< DESAFIOS DA INTERIORIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO NO CONTEXTO AMAZÔNICO >>

Coordenadora: Michele Lins Aracaty e Silva (UFAM)

Apresentador 1: Michele Lins Aracaty e Silva (UFAM)

Apresentador 2: Eliane Alves da Silva (UNEMAT)

Justificativa

O debate sobre o futuro da Amazônia depende de como se define desenvolvimento. Os principais desafios da interiorização da Amazônia estão ligados às questões logísticas e infraestruturais que afetam as questões ambientais com destaque para: conflitos socioambientais e fundiários, urbanização desordenada e vulnerabilidade social, riscos ambientais (ponto de não retorno), acesso à saúde, desmatamento e queimadas e os desafios logísticos onde o modal rodoviário enfrenta sazonalidade e deficiências e o hidroviário é dependente do regime de cheias e secas dos rios. Ademais, o desmatamento, as queimadas, a garimpagem, o agropastoreio e a biopirataria são pontos relevantes e merecem destaque. O ecossistema rico e delicado da Amazônia demanda um modelo de desenvolvimento próprio, que privilegie as particularidades da floresta, aproveitando sua imensa biodiversidade e respeitando a população local – indígenas, ribeirinhos e moradores das cidades. A discussão deve contemplar questões como manejo sustentável de recursos como pesca, madeira e frutos, a oferta de infraestrutura para seus habitantes (Oliveira, 2019).

1. Modelo de desenvolvimento regional exógeno

Introdução

Historicamente, a Amazônia brasileira foi palco de projetos de integração regional que buscavam a ligação desta com o restante do país bem como atender a necessidade de manter a soberania nacional. As alternativas implementadas tinham caráter exógeno e foram embasadas na perspectiva desenvolvimentista/ progressista inviabilizando o desenvolvimento endógeno, com valorização das potencialidades e peculiaridades regionais. Para tanto, objetivamos neste primeiro momento, apresentar as principais características do modelo de desenvolvimento regional exógeno implementado ao longo na Amazônia com destaque para o Polo Industrial de Manaus.

Caminhos da ocupação regional

No decorrer do século XX, o caminho encontrado para a Amazônia, em termos de ocupação regional baseou-se numa visão externa ao território, afirmando a soberania nacional, privilegiando as relações com o poder central, ou seja, um modelo exógeno. Essa característica é mais facilmente associada ao aspecto desenvolvimentista/progressista, que vigorou durante o regime militar na década de 1960 e que ainda predomina da região (BECKER, 2001, p. 136).

Para Becker (2007), a maior fragilidade do modelo desenvolvimentista/ progressista é o fato dele ser mostrado como integrador, associado aos objetivos de crescimento econômico nacional que nunca teriam se completado. Como consequência, se focou somente nas regiões que poderiam desempenhar um importante papel nas redes da economia nacional e internacional não alcançando as demais regiões e municípios distantes do grande centro urbano. Para Monteiro Neto et al. (2017), as políticas que objetivavam reduzir a pobreza generalizada acabaram por causar cada vez mais impactos regionais, tais como: desigualdade socioeconômica, concentração da renda e riqueza bem como o favorecimento de grandes

projetos beneficiados por subsídios e incentivos fiscais transferindo a responsabilidade para os governos subnacionais que sofrem com as limitações de implementação e falta de estratégia de crescimento.

Portugal (2017), evidencia relevantes limitações regionais: uma delas, se refere a falta de prioridade conferida à política regional na Amazônia. A outra seria a deficiência na articulação entre as instituições governamentais responsáveis por sua execução no âmbito da Região. Ambas, segundo o autor, contribuem para aprofundar os impactos socioambientais no território reduzindo as oportunidades econômicas e opções de desenvolvimento.

Para Silva (2015), o debate sobre o desenvolvimento na Amazônia se depara com as relações contraditórias entre o uso de recursos e a conservação do bioma. O desenvolvimento, identificado com a expansão da sociedade industrial se vislumbra como a negação necessária da existência da floresta e das teias de vida natural e social que a tornam possível. Surge a partir desse cenário uma identificação entre o industrial e o urbano, entre tecnologia e high-tech, entre conhecimento e saber científico, entre economia e mercados.

Assim, o modelo exógeno implementado deixou marcas na estrutura produtiva e frustrou a implementação de um modelo o qual valorizasse as potencialidades regionais e que contribuísse para induzir a economia regional.

Plantando Indústria no Amazonas: Modelo Zona Franca de Manaus e as contradições do desenvolvimento

Neste contexto de contradições, a indústria nasce produzindo o urbano industrial, que sucede, modifica e prolonga seu oposto dialético, a cidade. O afastamento entre indústria e cidade dificilmente poderia se manter, uma vez que a produção não se isola do circuito econômico, circulação e reprodução social dos fatores de produção (trabalho, capital financeiro etc.) e das relações sociais de produção (aprendizado social e técnico, hábitos de consumo etc.). Ocorreu então, como podemos observar no Amazonas, um movimento duplo: a indústria tanto retorna às cidades quanto produz as suas próprias áreas urbanizadas; se apropria da cidade e a recria (Silva, 2015).

Para Lefebvre (1975), a industrialização e urbanização formam um processo duplo, mas interligado, sendo faces conflituosas de uma realidade conjunta onde a indústria transforma a urbanidade preexistente ameaçando-a, e ao mesmo tempo a recria numa expansão urbana sem precedentes. Este choque reorganiza a vida social amplamente proporcionando o surgimento de outra prática social, outra relação com o espaço e com a natureza.

O Polo Industrial da Zona Franca de Manaus, criado através da Lei. n. 3.173/ 1957, sendo fruto de uma política de integração regional que objetivava atender duas relevantes demandas: criar regiões com infraestrutura que atraíssem pessoas a espaços densamente pouco povoados e descentralizar o processo de industrialização que estava centralizado na região sudeste do país. Assim, o modelo atendia às duas demandas e buscava promover e estimular a associação produtiva e social da região amazônica.

As indústrias instaladas apresentam características da 4ª Revolução Industrial que tem como base o uso intensivo de tecnologia digital com o objetivo de fabricar novos produtos com rapidez, otimização de tempo e da cadeia de suprimentos proporcionando ganhos de escala, produtividade e melhorando a competitividade (através da fusão da tecnologia digital e da internet em suas rotinas fabris com tendência a tornarem-se estruturas mais inteligentes, flexíveis, dinâmicas e ágeis (2021, p. 15 -16).

Pará: modelo extrativista- mineral

O modelo de desenvolvimento e ocupação do estado do Pará é caracterizado por um

processo histórico de "frentes de expansão", historicamente impulsionado por ciclos extrativistas, grandes projetos de infraestrutura e a expansão da fronteira agrícola. Esse modelo, intensificado a partir da segunda metade do século XX, transformou a região de uma economia baseada no extrativismo florestal (como o ciclo da borracha) para um dos maiores polos de mineração e agronegócio do Brasil, resultando em profundas transformações socioambientais e urbanas (Silva, 2015).

Principais Fases e Características:

- **Ciclos Econômicos Históricos:** A ocupação inicial foi marcada pelo extrativismo, com destaque para a borracha, que concentrou a riqueza em Belém e Manaus, gerando uma ocupação marginal de outras áreas.
- **Integração Nacional (Anos 60-80):** A ocupação foi acelerada por políticas federais de "integração" da Amazônia, com a abertura de rodovias (como a Transamazônica e Belém-Brasília) e projetos de colonização, visando conectar o Pará ao restante do país e transformar "vazios demográficos" em áreas produtivas.
- **Modelo Extrativista-Mineral:** O Pará consolidou-se como grande produtor mineral (ferro, bauxita, ouro), com grandes projetos no sudeste paraense, como na região de Carajás. Esse setor industrial/extrativo representa uma parcela expressiva do PIB do estado.
- **Expansão do Agronegócio:** Nas últimas décadas, houve forte expansão da pecuária e da soja, especialmente no sudeste e sudoeste do estado, impulsionando a abertura de novas áreas.
- **Dinâmica Territorial:** O território é marcado por uma desigualdade regional, com o nordeste mais densamente povoado e urbanizado (região metropolitana de Belém), o sul e sudeste marcados pela mineração e pecuária, e áreas de ocupação mais recente no Oeste.
- **Regiões de Integração:** O planejamento governamental atual subdivide o estado em 12 Regiões de Integração para organizar as ações de desenvolvimento e a gestão territorial.

Rondônia: do extrativismo ao polo agropecuário

O modelo de desenvolvimento e ocupação do estado de Rondônia é caracterizado por um processo rápido e planejado pelo governo federal, focado na colonização agrícola, infraestrutura rodoviária e, posteriormente, na expansão da agropecuária. Este processo ocorreu principalmente a partir da década de 1970, transformando a região em um dos principais polos de expansão da fronteira agrícola na Amazônia.

Principais Aspectos do Modelo de Ocupação

- **Planejamento Governamental e Colonização:** A ocupação foi intensificada pelo INCRA nos anos 70, com a criação de projetos de colonização (como PICs - Projetos Integrados de Colonização e PADs - Projetos de Assentamento Dirigido) para atrair migrantes de outras regiões do Brasil, especialmente do Sul e Sudeste, visando a agricultura familiar.
- **O Eixo da BR-364:** A rodovia BR-364, pavimentada entre as décadas de 1970 e 1980, funcionou como a principal "espinha dorsal" do povoamento, conectando Cuiabá a Porto Velho e atraindo milhares de pessoas em busca de terras.
- **Ciclos Econômicos:** Inicialmente, a economia baseou-se na extração de borracha e castanha, seguida pelo garimpo (cassiterita e ouro) e, por fim, a ocupação definitiva focada na agropecuária.
- **Criação de Municípios:** A partir dos projetos de colonização, Rondônia viu uma rápida expansão urbana, consolidando 52 municípios ao longo dos anos

Roraima: uma nova fronteira agrícola

O modelo de desenvolvimento e ocupação do estado de Roraima, localizado no extremo norte do Brasil, é caracterizado por um processo tardio, marcado pela presença de fronteiras internacionais, forte intervenção federal (como Território Federal) e expansão da fronteira agrícola sobre áreas de savana (lavrado) e floresta amazônica.

A ocupação e o desenvolvimento do estado basearam-se nos seguintes pilares principais:

1. Histórico de Ocupação

- **Aldeamentos e Fronteiras:** A ocupação inicial ocorreu entre 1775 e 1777 através de aldeamentos indígenas, seguidos pela expulsão de invasores europeus (ingleses, holandeses e espanhóis) por portugueses, garantindo a soberania na região de fronteira com Venezuela e Guiana.
- **Território Federal (1943):** O então "Território Federal do Rio Branco" foi criado com o objetivo de promover o desenvolvimento e garantir a presença do Estado brasileiro na região, passando de uma economia de subsistência para uma de expansão.
- **Ciclos Econômicos e Migração:** A ocupação intensificou-se com a exploração de ouro e, posteriormente, com o estímulo à migração incentivado pelo governo federal, atraindo camponeses nordestinos e migrantes de outras regiões (Rondônia, Amazonas e Pará) entre as décadas de 1970 e 1980.

2. Modelo de Desenvolvimento Econômico

- **Setor de Serviços e Agropecuária:** Atualmente, o setor de serviços representa a maior parte do PIB de Roraima (83%), mas a agropecuária é o setor com maior taxa de crescimento real (7,6%).
- **Expansão da Fronteira Agrícola:** O desenvolvimento baseia-se fortemente na agroindústria, com destaque para a produção de grãos (soja, arroz) e expansão da pecuária, muitas vezes concentrada nas áreas de lavrado (savana) próximas à capital, Boa Vista.
- **Uso de Recursos Naturais:** O modelo busca equilibrar a exploração de recursos naturais com o desenvolvimento sustentável, enfrentando desafios na gestão territorial e na infraestrutura.
- **Especulação Imobiliária e Colonização:** A história recente foi marcada pela criação de colônias agrícolas e assentamentos na periferia de Boa Vista, gerando crescimento urbano e rural, além de pressões fundiárias.

3. Características da Ocupação Territorial

- **Urbanização:** Há uma alta concentração populacional na capital, Boa Vista.
- **Integração:** O desenvolvimento da rede viária foi crucial para conectar o estado e facilitar o fluxo de pessoas e mercadorias.
- **Sustentabilidade e Conflitos:** O estado busca equilibrar seu modelo de desenvolvimento com a preservação ambiental, especialmente em áreas de floresta densa (amazônica) ao sul e oeste, além de áreas de savana (norte).

Metodologia

Neste item, relata-se o percurso metodológico usado para atingir o objetivo de apresentar as principais características do modelo de desenvolvimento regional exógeno implementado nos principais estados da Amazônia.

Para atingir tal propósito, utilizou-se a pesquisa bibliográfica e documental como meio de investigação, a partir de fontes secundárias. Temos uma pesquisa de natureza qualitativa,

descritiva e exploratória e a partir de baseteórica. Quanto à análise de dados e resultados, prevalece uma análise de conteúdo com base em observações dos fatos e entendimento dos textos utilizados na construção desta proposta.

Conclusão e Considerações Finais

O modelo de desenvolvimento exógeno — caracterizado pela imposição de projetos de cima para baixo, com foco na exportação de commodities, grandes obras de infraestrutura e baixa valorização do saber local — trouxe consequências profundas e, muitas vezes, irreversíveis para os estados da Amazônia.

2. Proposta de modelo de desenvolvimento regional endógeno: desafios amazônicos

Introdução

O modelo de desenvolvimento regional endógeno mais adequado para a Amazônia é aquele que valoriza a floresta em pé, a sociobiodiversidade e o conhecimento tradicional, integrando-os à ciência e tecnologia modernas. Esta abordagem, frequentemente chamada de Bioeconomia Sustentável ou Nova Economia da Amazônia, busca superar o modelo tradicional de extração predatória (madeira, mineração, agropecuária intensiva).

Desenvolvimento regional endógeno local

De acordo com Federwisch e Zoller (1986), o debate acerca do desenvolvimento regional local endógeno divide-se em duas tendências: uma de natureza indutiva (mais descritivos e que partem de estudos específicos e peculiares) e outra considerada dedutiva (partem de postulados gerais e tem como base a dinâmica das organizações territoriais descentralizadas).

De acordo com Amaral Filho (1996, p.8), a teoria do desenvolvimento regional endógeno nasce na década de 1980 a partir de duas hipóteses: é fruto de pressão exercida pelos dados empíricos relacionados ao desenvolvimento das nações; ou que tenha surgido a partir de ideias e preocupações antigas levantadas pelos clássicos, neoclássicos e heterodoxos (neomarxistas, neo-schumpeterianos, regulacionistas, evolucionistas e institucionalistas).

Acerca dos autores clássicos que exerceram influências sobre a nova teoria do crescimento, destacamos Smith (1983), que associa “economia social a rendimentos crescentes” ou “noções de aprendizagem e economias de escala dinâmicas”. Do lado dos neoclássicos, temos Marshall (1982), princípios de economia, que associa “economias ou deseconomias externas aos rendimentos crescentes ou decrescentes”, concentrando sua análise nas organizações, na educação, na saúde, e no conhecimento sobre o aumento da eficiência do sistema produtivo e aumento da riqueza. Schumpeter (1982), de uma forma mais dinâmica analisa o papel das inovações no desenvolvimento econômico, em uma perspectiva virtuosa de destruição criadora (AMARAL FILHO, 1996, p. 9).

Os economistas neoclássicos ou novos clássicos passam a reconhecer a superioridade do conceito de rendimentos crescentes e que são provocados por outros fatores de produção (além dos tradicionais fatores de capital físico e força de trabalho). Relata-se que antes eram considerados exógenos na determinação do crescimento e que passaram a serem aceitos pela ortodoxia como fatores endógenos, são eles: capital humano, as instituições, a pesquisa e desenvolvimento, o conhecimento e a informação.

Portanto, a tese consensual decorrente é que: “se um país, região ou local que dispõem desses fatores podem elevar com maior facilidade o valor agregado da produção, a produtividade do sistema produtivo, acelerar o crescimento, aumentar o produto e possibilitar uma melhor distribuição de renda”. Ainda para o autor, é neste ponto que reside a contribuição

da teoria do crescimento endógeno para a teoria e as políticas de desenvolvimento regional, em especial, no que se refere à criação de externalidades e bens coletivos (1996, p.10-11).

O desenvolvimento endógeno deve ser entendido, antes de tudo, como um processo de transformação, fortalecimento e qualificação das estruturas internas de uma região. Isso deve ser processado no sentido de criar um ambiente ótimo e atrativo para capturar e consolidar um desenvolvimento originalmente local, e/ou permitir a atração e localização de novas atividades econômicas numa perspectiva de uma economia aberta e sustentável. Assim, o desenvolvimento regional endógeno constitui num processo de ampliação da capacidade de agregação de valor sobre a produção, bem como a capacidade de absorção da região, cujo desdobramento é a retenção do excedente econômico implementado na econômica local e/ou a atração de excedentes provenientes de outras regiões (1996, p.14).

Tal processo, tem como resultado a ampliação do emprego, do produto e da renda do local ou da região, em um modelo de desenvolvimento regional definido e que vem de dentro pra fora e de baixo para cima, partindo das potencialidades sociais e econômicas originais a partir dos atores locais e não mais do planejamento centralizado através de organizações sociais regionais (que são relevantes para as decisões dos atores locais) conduzidas pelo estado (AMARAL FILHO, 1996).

Outro aspecto que vem à tona quando se analisa o perfil e a estrutura produtiva a partir dos atores locais é que os modelos mais exitosos de desenvolvimento endógeno são os constituídos por pequenas empresas e/ ou pequenos empreendimentos. Que por sua vez, são os responsáveis por atividades relevantes dentro das economias externas provocando aglomerações de empresas com fabricação de produtos semelhantes (GAROFOLI, 1992).

Por sua vez, o autor destaca o grau de autonomia (comercial, tecnológica e financeira) dos sistemas e frisa que é consequência de numerosas inter-relações existentes entre as empresas e os diferentes setores produtivos locais (sendo constituído como meio ou conjunto de fatores histórico-socioculturais que estão sedimentados na comunidade e nas instituições locais (1992).

Dessa forma, o desenvolvimento endógeno, entendido como um desenvolvimento sustentável deverá ter como base: (i) novo papel do Estado federado; (ii) estratégia de desenvolvimento econômico regional ou local, baseada na mobilização de poupança e investimento em formação bruta do capital fixo; e (iii) valorização dos novos fatores de produção. Ainda para o autor, o Estado atuará provendo infraestrutura (energia, comunicações etc.) além de coordenar as políticas fiscal e financeira (AMARAL FILHO, 1996).

Ao se idealizar um modelo de desenvolvimento regional endógeno local tendo como objeto a Amazônia, torna-se imprescindível que esta proposta seja pautada no desenvolvimento sustentável dada a importância da fauna e flora amazônica bem como dos povos que nela habitam. Portanto, o modelo proposto deve ser pautado na sustentabilidade, na preservação ambiental e com base na floresta em pé.

Uma “economia verde” para a Amazônia

De acordo com Tavares (2011, p.58), a “economia verde” reflete quatro décadas de diálogo entre governos de países desenvolvidos e em desenvolvimento sobre meio ambiente, economia e desenvolvimento, marcadas pela sequência de conferências globais sobre o assunto: a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano em Estocolmo em 1972, a Rio 92 e a Rio+10 em 2002, às quais se soma o processo preparatório para a Rio+20.

A Organização das Nações Unidas (ONU), por meio da ONU Meio Ambiente, define economia verde como sendo de baixo carbono, eficiente e limpa, mas também com caráter inclusivo, baseada na partilha, colaboração, solidariedade, resiliência, oportunidade e interdependência (2019).

Uma economia verde é aquela que resulta em melhoria do bem-estar da humanidade e igualdade social, reduz riscos ambientais e escassez ecológica, aloca de forma eficiente os seus recursos e promove com baixa emissão de carbono a geração de empregos socialmente inclusivos (PNUMA, 2011, p.01-02)

Cabe aos governos e aos organismos internacionais a promoção de uma agenda que transforme a economia verde em prioridade, combinando “incentivos fiscais e regulamentações para acelerar o processo de mudanças por meio de inovações tecnológicas e criação de mercados verdes”. Caso tal procedimento não seja adotado pelos órgãos governamentais e internacionais e sob coordenação do setor privado, como tem ocorrido, as economias mostram-se incapazes de ingressar efetivamente em uma economia verde” (Zapata, 2011, p.74).

Principais desafios para a “economia verde”

A produção de matéria prima, biomassa e subprodutos de qualidade e com regular oferta é um dos principais gargalos para alavancar a economia verde no Amazonas. As atividades produtivas sustentáveis têm origem, na sua essência, em um ambiente de negócios com inúmeros problemas. Assim, empreendedores regionais, submetidos a esse entorno, optam por não investir em atividades sustentáveis legais que convivem com a floresta em pé.

Vários são os gargalos do ambiente de negócios do Amazonas. Um dos principais é a falta de clareza na titularidade da terra, que é particularmente importante para o avanço de atividades econômicas sustentáveis e para a conservação na região.

O problema da regularização fundiária e a consequente falta de titulação da terra geram enorme insegurança jurídica para a produção rural, dificultam o acesso dos produtores às políticas públicas fundamentais como a do crédito, por exemplo, e impactam negativamente na comercialização da produção com empresas formais.

Sob a ótica do financiamento, em relação à atividade agrícola, faz-se necessário aumentar a capacidade de acesso às linhas e políticas de financiamento da produção, com a ampliação da rede de agências bancárias e do cooperativismo de crédito nos municípios. Ademais, a concessão de crédito rural deve ser customizada para cada cadeia produtiva. Ainda, neste ponto, destacamos que os instrumentos financeiros, a partir de títulos de dívida, poderiam ser criados para o financiamento de atividades produtivas com salvaguardas socioambientais.

Sob a ótica da demanda, há desafios de agregação de valor local e alcance de mercados mais sofisticados. Para tanto, certificações, rastreabilidade, identificação geográfica e acordos comerciais devem ser buscados para as diversas cadeias.

A deficiência de capital humano no interior da Amazônia é outro grande entrave para os negócios sustentáveis, que tipicamente precisam de mão de obra qualificada. Esse fator tem sérios impactos na produtividade e qualidade da produção. Neste ponto, chamamos a atenção para as atividades agroflorestais e extrativistas carecem de tecnologias mínimas de produção. Ademais, falta o desenvolvimento de pesquisa aplicada às cadeias produtivas potencialmente definidas por Zoneamento Ecológico-Econômico.

Deficiência de infraestrutura é, sem dúvida, um dos principais desafios para a melhoria da competitividade da região. Preocupa a questão de infraestrutura para escoamento da produção, demandando investimentos consistentes em construção de portos, além da recuperação e pavimentação de estradas e vicinais rurais. Para tanto, é urgente a necessidade de melhorias na qualidade e oferta de energia elétrica e telecomunicações para todo o interior amazonense.

Destacamos também a incapacidade do Estado em fiscalizar e punir atividades informais e ilegais. Sabe-se que um percentual muito baixo das multas ambientais é efetivamente pago no Amazonas. Os processos de aplicação e cobrança das multas levam, em média 5 anos para

serem concluídos. Na prática, a punição efetiva àqueles que desrespeitam as leis e geram degradação ambiental fica aquém do que deveria ser. Logo, nesse contexto em que há altos custos e muito tempo envolvido para obedecer às regras aplicadas aos negócios formais, mas que, por outro lado, não há eficiente combate a negócios informais, uma proporção significativa dos agentes escolhe o caminho da informalidade. E isso acaba criando uma concorrência imperfeita no mercado. Uma competição desigual incentivando a ilegalidade.

Por fim, há ainda de se repensar uma forma de remuneração mais justa para os detentores do conhecimento tradicional que são os verdadeiros conhecedores da riqueza e das potencialidades dos produtos da floresta. Acreditamos que a colaboração do conhecimento tradicional com as pesquisas científicas regionais pode contribuir para alavancar a agregação de valor aos produtos regionais.

Metodologia

Neste item, relata-se o percurso metodológico usado para atingir o objetivo de apresentar as principais características do modelo de desenvolvimento regional endógeno local para a Amazônia definido nesta proposta como economia verde. Para atingir tal propósito, utilizou-se a pesquisa bibliográfica e documental como meio de investigação, a partir de fontes secundárias. Temos uma pesquisa de natureza qualitativa, descritiva e exploratória. Quanto à análise de dados e resultados, prevalece uma análise de conteúdo com base em observações dos fatos e entendimento dos textos utilizados na construção desta proposta.

Conclusão e Considerações Finais

O modelo de desenvolvimento regional endógeno mais adequado para a Amazônia é aquele que garante a preservação, promove a sociobiodiversidade e o conhecimento tradicional. Para tanto, esta nova economia da floresta deve ter o propósito de superar o modelo tradicional de extração predatória (madeira, mineração, agropecuária intensiva).

Entre os pilares do modelo endógeno podemos destacar:

- a) Bioeconomia e Sociobioeconomia:** Fomento a cadeias produtivas baseadas em recursos naturais locais (como açaí, castanha, cacau, óleos essenciais) com beneficiamento local, agregando valor e gerando renda para populações ribeirinhas, indígenas e extrativistas.
- b) Fortalecimento da Governança Local:** Reconhecimento dos direitos territoriais e protagonismo de povos indígenas e comunidades tradicionais na gestão dos recursos.
- c) Valorização da "Floresta em Pé":** Transformar a floresta viva em ativo econômico, através do manejo florestal sustentável, créditos de carbono e pagamentos por serviços ambientais (PSA).
- d) Ciência, Tecnologia e Saberes Tradicionais:** Fusão do conhecimento científico com o saber ancestral para criar produtos biotecnológicos de alto valor agregado.
- e) BioRegio (Bioeconomia Regional):** Estratégias que conectam áreas de produção comunitária (PAEs, UCs, TIs) a polos urbanos, criando redes de inovação que não dependem da destruição da floresta.

O modelo atual (commodities e desmatamento) é considerado insustentável. O desenvolvimento endógeno, ao contrário, fortalece a economia interna, gera empregos locais na conservação e restauração florestal (mais de 2 milhões estimados na restauração) e protege a biodiversidade essencial para o clima “Qual a Amazônia do Futuro e qual Amazônia queremos no Futuro?”